

O EXÉRCITO E A DIDÁTICA MODERNA

Cap Art
AGENOR FRANCISCO HOMEM DE CARVALHO

"A Educação pode tornar-se um instrumento eficaz para a realização das mais belas esperanças da humanidade".

JOHN DEWEY

1. INTRODUÇÃO

Pouco a pouco e cada vez mais, estamos nos libertando do conservadorismo que emperra o mecanismo educacional em nosso país, cujos reflexos negativos ainda se fazem sentir no Ensino Militar. Na época atual, não há mais lugar para o professorado "de cabresto" ou para métodos de ensino estereotipados. O empirismo e o autodidatismo não mais se justificam.

A arte de Educar, complexa e sutil, envolve uma grande soma de conhecimentos técnicos e científicos. Por êste motivo, os estudos de Pedagogia e particularmente de Didática, constituem um imperativo ético para todos aquêles que têm a nobre responsabilidade de Educar. O Oficial do Exército deve ter sempre em mente que é, antes de tudo, um Educador.

2 O CURSO DE TÉCNICA DE ENSINO E SEU PAPEL

Em 1949, passou a funcionar, ininterruptamente, na Diretoria-Geral de Ensino do Exército (DGE), um Estágio de Técnica de Ensino. Nesta época, graças à clarividência do Diretor de Ensino, procurou-se substituir, no setor educacional, o empirismo e o autodidatismo por uma visão mais atualizada da técnica pedagógica, capaz de proporcionar maior unidade de orientação e padronização ao Ensino no Exército. Entretanto, o público que tinha acesso ao referido Estágio era restrito. A divulgação dos novos conhecimentos e a incorporação desta nova mentalidade encontrava uma série de barreiras que impediam a sua conveniente e necessária propagação. A semente tinha sido plantada; alguns frutos foram colhidos; porém, muitos "pontos de estrangulamento" permaneciam neste nôvo empreendimento.

Em 1954 foi dado um "incentivo fiscal" com a criação do Curso de Técnica de Ensino (CTE).

Vitalizou-se o intercâmbio com Mestres de alto gabarito no cenário educacional de nosso país. A "produção" aumentou, o "mercado consumidor" foi estimulado e o "rendimento" cresceu significativamente. O curso passou a ser uma afirmação dos princípios que deviam orientar a técnica do ensino no âmbito do Exército. Através da difusão e aplicação dos conhecimentos adquiridos, procurou-se uma melhor formação e integração do nosso homem à sociedade brasileira.

Com o correr dos tempos, a repercussão foi se fazendo sentir nas Escolas de Formação, de Especialização, de Aperfeiçoamento, enfim, em todos os Estabelecimentos de Ensino do Exército e, até mesmo, na caserna. Apareceu, de maneira avassaladora, descompassada e mal dosada, uma nova fase no nosso Sistema Educacional — a chamada Escola Ativa — que veio encontrar as organizações desaparelhadas para controlá-la e planejá-la de modo eficaz.

Surgiram as primeiras modificações estruturais, gerando palpitantes controvérsias que vivificaram o estudo da problemática educacional no campo militar.

A esta altura, o CTE se enrijecia dia a dia.

Seus objetivos se ampliavam, as matérias e currículos eram estruturados de modo a melhor atender aos novos objetivos. Oficiais de Nações amigas vinham haurir conhecimentos e trocar experiências neste templo de saber.

O "público" atendido pelo Curso aumentava de modo significativo. Não mais era possível continuar naquela modesta e mal equipada sala do velho Pavilhão Marcellio Dias, no Palácio da Guerra.

Entre os dignificantes objetivos do CTE já constava o seguinte: "Possibilitar a constituição de um centro de estudos da doutrina pedagógica e da técnica didática, para aprimoramento do ensino e da instrução do Exército".

Esta idéia focal fez surgir o embrião que daria origem à criação do Centro de Estudos de Pessoal (CEP) em 1965, onde passou a funcionar o Curso de Técnica de Ensino.

O CEP, órgão da extinta DGE, hoje Departamento de Ensino e Pesquisa (DEP), consciente de sua missão de aperfeiçoar a técnica de ensino no Exército, vem dedicando especial esforço na orientação do ensino, visando a substituir os antigos métodos e processos pelos que hoje caracterizam a Didática Moderna.

A evolução, no decorrer destes vinte anos de combate à Didática Tradicional, apesar de lenta, foi enorme. Os frutos, em que pèse a deficiência de fertilizantes adequados e de técnica de exploração

mais especializada, foram consideráveis e podem ser constatados em todos os níveis do Ensino Militar.

Para citar apenas um exemplo significativo de mentalidade atual, podemos fazer referência, no CEP, de uma Divisão de Pesquisas e Seleção que tem, como principal escopo, a realização e efetivação de projetos no campo da Psicologia e da Pedagogia. Um dos elementos integrantes desta Divisão é o Laboratório de Pedagogia Experimental que tem, entre outras, a atribuição de realizar estudos e pesquisas tendentes a dotar o Exército de uma doutrina que regule o emprego e adequação de métodos e processos didáticos no ensino e na instrução militar, procurando, inclusive, introduzir novas técnicas no sistema escolar.

Podemos, desta forma, afirmar que o Estágio de Técnica de Ensino, em seus cinco anos de funcionamento, lançou os alicerces desta dignificante obra; o Curso de Técnica de Ensino, durante doze anos, ergueu as paredes e colocou a argamassa; o CEP, em sua curta existência, vem fazendo o acabamento e se encarregará da conservação e manutenção deste empreendimento de tanta significação no setor educacional do Exército.

3. PROBLEMAS ATUAIS NO ENSINO MILITAR

É fácil constatar o processo evolutivo que o Ensino Militar vem sofrendo, em nosso país, com reais benefícios para uma efetiva aprendizagem. Isto é realidade em todos os níveis de nosso ensino, como já tivemos oportunidade de afirmar. Entretanto, temos de reconhecer que muito se tem a fazer.

Múltiplos problemas merecem ser examinados com maior atenção pelos nossos educadores, a fim de que a aprendizagem possa se tornar mais rendosa. Neste breve trabalho, resolvemos selecionar, apenas, seis deles, a saber:

a. O Conservadorismo

Representa o principal óbice à modernização. A educação e a instrução das novas gerações, particularmente, enfrentam um processo essencialmente dinâmico e evolutivo, onde aquele que estaciona é fatalmente superado.

Poucos são os que dizem ser conservadores no que respeita a problemática do ensino. Entretanto, intrinsecamente, muitos os são! Senão, vejamos.

Desde o ano de 1949, as noções fundamentais da Didática Moderna vêm sendo introduzidas, sistematicamente, no Exército. Porém, somente em 1964 foi autorizada a funcionar, assim mesmo em cará-

ter experimental, a Seção Técnica de Ensino na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército.

Tôda Escola, qualquer que seja o nível, tem a sua problemática educacional. A ECEME é uma Escola onde existe o aluno, o mestre, o método, a matéria e o objetivo.

Como poderia prescindir da ajuda de uma Seção Técnica de Ensino? Seria o mesmo que um organismo a funcionar com a inexistência de um membro.

Muitos foram os argumentos que a contra-indicavam. Seria algum dêles benéfico à efetiva aprendizagem dos alunos?

Um trabalho realizado na Universidade de HARVARD conclui, com muita propriedade, que o homem demonstra tendência à modernização quando, entre outras coisas:

- “(1) Aceita, sem grandes problemas, novas experiências;
- (2) Raciocina em termos nacionais, e não regionais ou locais;
- (3) Respeita a opinião da maioria; não aceita dogmáticamente as opiniões das autoridades ou paterna;
- (4) Aceita o planejamento e a organização dos trabalhos e atividades;
- (5) Acredita na aprendizagem como meio de dominar o ambiente;
- (6) Acha que os Chefes devem respeitar a vida particular de seus subordinados e não aceita a utilização da força como meio normal de correção dos subordinados;
- (7) Aceita a Tecnologia como meio de modificação da situação existente e de melhoria humana;
- (8) Acha que o julgamento deve ser impessoal;
- (9)

O prezado leitor poderia fazer um teste. Caso concorde com o conteúdo de tôdas as proposições acima, pode estar certo de que já se libertou do terrível espectro do conservadorismo. Caso contrário, ... Os elementos ligados ao setor educacional e o especialista, em particular, não devem aceitar passivamente aquilo que contrarie os benéficos postulados da Didática Moderna. Pelo contrário, devem opinar, sugerir, propor, argumentar e assessorar seu Chefe na tomada da decisão.

b. O Radicalismo

Ainda que bem mais atenuado, permanece nos dias atuais o antagonismo entre os membros das Seções Técnicas de Ensino e o Corpo Docente das Escolas. De um lado, alguns professores vêem no especialista um fiscal, um bedel a verificar e controlar suas ati-

vidades através de observações pessoais, levantamentos estatísticos e pesquisas. De outro lado, muitos especialistas vêem no instrutor e no método uma série de imperfeições e se consideram como "donos da verdade".

É preciso acabar com êste radicalismo. É necessário que os instrutores e professores se convençam de que a idade e cursos de alto nível sem qualquer conexão com a Pedagogia ou com a Didática Contemporânea, em particular, não dão a quem quer que seja o direito de se considerar autodidata.

A bem da verdade, deve ser ressaltado que existem autênticas revelações de capacidade docente. Contudo, há necessidade de aperfeiçoar esta vocação autêntica e esta aptidão específica.

Através de um preparo especializado e de uma habilitação profissional nas técnicas do trabalho docente, conseguir-se-á uma constante atualização e novas e maiores qualificações, indispensáveis ao desempenho da missão do Educador.

É preciso, ainda, que o professor se convença de que o especialista pode se transformar no seu principal auxiliar. caso deseje, efetivamente, conduzir o ensino de um modo eficaz e rendoso, sob o ponto de vista da aprendizagem.

Por outro lado, o especialista deve funcionar como um poder moderador, procurando conciliar os interesses e objetivos da Escola, do mestre e do aluno. Não pode, jamais, ser um intransigente. É preciso saber compreender, melhor do que ninguém, a problemática que o cerca. Imparcialidade, humildade e ponderação devem ser suas principais virtudes; tudo deve fazer para que os professores e instrutores dêle se aproximem.

Ambos, professor e especialista, devem ceder em benefício da Educação..

A tomada de posições extremadas é nefasta ao Ensino Militar.

c. O Estudo em Domicílio

Para evitar a monotonia e o desinterêsse característicos da Escola Tradicional, a Nova Escola lançou o Método dos Problemas, procurando criar atitudes favoráveis no instruendo, desenvolver a sua iniciativa, adestrar o seu juízo e raciocínio, e aperfeiçoá-lo no hábito de procurar soluções. Deve ser assinalado que o referido método, através de variantes, toma os mais diferentes nomes, sendo largamente utilizado no Ensino Militar, em face das inúmeras vantagens que apresenta.

Neste método, a conduta do professor, do instrutor, e a formulação do problema em si estão fundamentadas em determinadas re-

gras que devem ser judiciosamente observadas, sem o que o em-prêgo do método não será eficaz.

Deve ser registrado o empenho que se faz para observá-las. Porém, destacamos neste comentário uma determinada regra que deve ser melhor observada pelos educadores: "Evitar sobrecarga excessiva aos instruendos quando da formulação dos trabalhos pedidos".

Esta norma deve ser observada no ambiente da sala de aula e, particularmente, no ambiente domiciliar.

O Estudo (Trabalho) em Domicílio constitui o processo de ensino básico para a aplicação do Método dos Problemas. Por esta razão, o seu planejamento deve merecer tôda a atenção, sendo tão importante quanto a própria conduta do instrutor na sala de aula. Entretanto, tal fato não é observado corriqueiramente. Dá-se maior importância à participação pessoal por ocasião do contato direto com os instruendos.

É preciso que o professor se convença de que um adequado Estudo em Domicílio (ED) é fator condicionante do rendimento em sala e constitui manifestação de eficiência da Escola e da sua própria capacidade. O máximo empenho deve ser despendido na sua formulação, evitando ao aluno desperdício de tempo e desgaste mental em atividades mal orientadas e estudos supérfluos.

Há necessidade do instrutor dedicar especial atenção à DOSAGEM dos trabalhos solicitados aos instruendos. De que adianta a emanção de uma ordem inexequível de ser cumprida por falta de meios? O instrutor tem de selecionar o **mínimo** que o instruendo deve estudar, ler, compulsar ou rever a domicílio. Os trabalhos pedidos, constantes da ficha de orientação, devem ser simples e em número reduzido, explorando, tão-sòmente, conhecimentos que o aluno possa adquirir através do estudo prévio. Durante a aula é que se fará a aplicação do assunto e a integração inicial da aprendizagem.

O ED é um instrumento imprescindível, para que haja uma efetiva aprendizagem. Por seu intermédio, o instrutor transfere ao aluno a responsabilidade de adquirir, por si mesmo, os conhecimentos, normalmente teóricos, **que estejam a seu alcance**.

Evita-se, assim, a monotonia característica da Escola Tradicional quando da transmissão desnecessária de determinados conhecimentos teóricos que podem ser adquiridos pelos instruendos, através de uma leitura preliminar nas fontes de consulta.

Desta forma, o instrutor pode se beneficiar do tempo disponível na sessão de instrução, criando situações que levem os alunos a aplicar os conhecimentos teóricos adquiridos previamente, com esforço próprio.

É isto o que se vê, normalmente, nos nossos Estabelecimentos de Ensino? Ou é comum se observar o instrutor ministrando, em sala, conhecimentos teóricos, já mandados estudar a domicílio?

Temos a certeza de que a maioria dos leitores responderá de forma afirmativa a nossa última pergunta. Se assim o fôr, o decantado Método dos Problemas não estará sendo eficaz em tôda sua plenitude. Dêste modo, haverá uma perda de tempo útil, motivada pela exploração de repetições teóricas inúteis.

E por que assim procedem algumas Escolas e alguns professores? Por falta de um planejamento criterioso e eficiente do ED que os leva a desconfiar da judiciosa consecução do mesmo por parte de seus instruendos.

Os trabalhos pedidos devem ser equilibradamente dosados, adequados e, se possível, atraentes. Sômente assim, o instruendo terá meios de, por si mesmo, realizar as tarefas impostas sem recorrer a terceiros ou apelar para a "lei do menor esforço". A missão sendo compatível, o instruendo terá vontade de cumpri-la e prazer de vê-la realizada. Se assim não o fôr, não haverá aprendizagem ou esta será deturpada.

Os instrutores devem apresentar à Seção Técnica de Ensino ou órgão equivalente, o tempo aproximado que o instruendo deverá consumir para a execução dos respectivos encargos. Há obrigatoriedade do referido tempo ser testado na Seção Técnica e, até mesmo, corrigido para mais ou para menos, conforme resultado de pesquisa realizada entre os instruendos, no caso de se tratar de um trabalho original.

Na AMAN, por exemplo, em face do regime de internato e pela multiplicidade de atividades escolares, deve haver especial cuidado nesta dosagem.

O tempo previsto para execução do ED deve ser judiciosamente testado e há necessidade de consolidar as horas previstas para as exigências dos ensinos universitário e profissional. A seguir, deve ser feita a comparação com as disponibilidades fixadas no quadro de atividades dos cadetes, a fim de que não haja uma sobrecarga prejudicial ao rendimento da aprendizagem.

O professor deve ter em mente que sua matéria não é a única existente no currículo escolar.

d. A Missão e a Matéria

Todo Estabelecimento de Ensino tem, de um modo geral, a sua missão expressa em termos de finalidades e objetivos. O currículo escolar deve ser organizado de modo a atender ao cumprimento da missão da Escola. Tôdas as atividades planejadas para os alunos

devem ter em mira os objetivos expressos da missão. O preparo de um trabalho escolar deve satisfazer à pergunta: "Contribui para as finalidades do Curso?"

Antes, também, de incluir qualquer assunto em um trabalho escolar deve-se perguntar: "É a aquisição deste conhecimento necessária ao cumprimento da missão da Escola?"

Da mesma forma, no preparo de um trabalho de verificação, para cada item a incluir, deve-se perguntar: "A resolução deste pedido, por parte do aluno, concorre para que seja alcançado algum objetivo do Curso?"

Qualquer função que não satisfaça a este critério, ou não tem lugar no programa, ou não está sendo desempenhada apropriadamente.

Seria inadmissível ministrar a cadetes do Curso de Artilharia da AMAN conhecimentos sobre Central de Tiro de Artilharia Divisionária. Seria incoerente ministrar conhecimentos de Organização do Terreno (OT) a Oficiais-alunos da EsAO. Seria supérfluo instruir os alunos do CPOR em levantamentos astronômicos. É imperativa a necessidade de haver uma perfeita adequação entre as missões dos referidos Estabelecimentos de Ensino e os respectivos programas de instrução.

A organização dos currículos, a seleção das matérias e a relação dos assuntos não podem ficar sob o livre arbítrio dos professores ou instrutores encarregados de ministrar as respectivas sessões.

Há uma tendência natural do professor de considerar importantes todos os assuntos atinentes à sua matéria.

Por outro lado, é comum observarmos instrutores da AMAN ou do CPOR, particularmente, defendendo enfaticamente a inclusão de determinado assunto em matérias previstas para serem ministradas a seus cadetes ou alunos. Esquecem-se, porém, que este mesmo assunto só foi por eles apreendido quando oficiais, quando alunos da EsAO ou, até mesmo, quando alçados à condição de instrutor da matéria que hoje lecionam.

Decorre daí a necessidade dos assuntos de determinada matéria serem selecionados, também, de acordo com a missão da Escola.

Já ouvimos repetidas vezes a seguinte pergunta: "Devem os cadetes da AMAN estudar Administração?" Esta não é a maneira adequada de se abordar o problema da organização do currículo. Melhor seria dizer: "O que o futuro oficial precisa saber de Administração?"

Esta segunda forma de perguntar, subordinando-se à missão, restringe o ensino apenas àqueles assuntos de Administração que o

futuro oficial precisa aprender e nada mais. O critério usado pela primeira forma situa a questão quanto à matéria Administração e não quanto à missão.

Precisamos acabar com a miragem que fascinou os educadores dos séculos XVII e XVIII após o advento do enciclopedismo nos programas escolares. É bem verdade que se passou a aprender muito mais coisas, porém mal aprendidas, diminuindo sensivelmente o verdadeiro rendimento escolar.

O ensino baseado na erudição enciclopédica sacrifica a qualidade da aprendizagem pela quantidade de dados informativos com que se procura entulhar a mente dos alunos, muito além de sua capacidade real para aprender.

e. Integração e Fixação da Aprendizagem

Após o planejamento, a motivação, a apresentação da matéria e a direção das atividades discentes, cabe à Escola e ao professor aplicarem procedimentos especiais destinados a integrar e a fixar o conteúdo da aprendizagem dos alunos, consolidando o trabalho realizado, antes de passar ao contôle final de verificação dos resultados.

A inobservância das prescrições que regem estas duas subfases do Ciclo Docente conduzirá fatalmente a uma aprendizagem deturpada e mal orientada.

O prezado leitor, de mais idade, talvez recorde que no seu tempo de estudante, os sábados eram destinados à recapitulação de toda a matéria estudada na semana; o mesmo se fazia na última semana de cada mês e no último mês de cada ano escolar.

Nos colégios jesuítas do século XVII, o último ano do curso colegial, preparatório para o exame geral de madureza, era exclusivamente dedicado à integração e à recapitulação geral de todos os programas do currículo secundário. Formou-se, assim, uma legião de exímios latinistas, filólogos, gramáticos, filósofos e escritores, hoje considerados grandes clássicos nas línguas cultas do ocidente europeu.

Entretanto, com o advento do enciclopedismo a que nos referimos na letra anterior, houve a supressão de uma grande faixa do tempo escolar reservada à integração e à fixação da aprendizagem. O que ocorreu então? Uma desabalada corrida de professôres e alunos contra a escassez do tempo para cobrir extensos programas, sem nenhum trabalho de integração e de melhor fixação da aprendizagem. E os resultados? Precários e deficientes. Muitos são, inclusive, os que falam na decadência do nosso ensino.

Recente pesquisa realizada nos Estados Unidos provou que pouquíssimos são os que conseguem fixar mais de 10% daquilo que lhes tentaram ensinar nos bancos escolares.

O leitor duvida? Então procure responder, para si, o que recorda de Latim ou mesmo de Física. O senhor sabe qual é a principal causa desta anormalidade didática? Deficiência no planejamento das atividades escolares, onde a importante fase do ciclo docente, denominada Integração e Fixação da Aprendizagem, é desconhecida por alguns e relegada a plano secundário por muitos. A integração e a fixação dos conteúdos de aprendizagem resultam, automaticamente, da própria atividade direta dos alunos lidando demoradamente com os dados da matéria. É preciso recapitular, exercitar, praticar, realizar tarefas devidamente "calibradas" e estudos dirigidos, sem o que a aprendizagem será deficitária.

Precisamos nos convencer de que aprendemos para a Vida e não para a Escola, razão pela qual a missão desta é muito mais nobre do que pode transparecer da simples leitura de suas finalidades e objetivos.

É comum observarmos instrutores que interrompem as perguntas de seus alunos, solicitando transferi-las para o intervalo, em face do adiantado da hora; é freqüente verificarmos professores controlando impacientemente o relógio enquanto o aluno faz uma pergunta ou dá um parecer a respeito de determinado assunto; é costumeira a desabalada corrida contra o tempo, nos minutos finais da sessão, a fim de que seja ministrado tudo aquilo que está rigidamente previsto no plano de aula.

Neste caso, de quem é a culpa? Do Instrutor, do Professor? Em parte! O maior culpado, entretanto, é o Organismo, em si, pela absurda rigidez do seu planejamento. O trato com a engenharia humana admite uma certa flexibilidade; o planejamento deve atender a esta imposição.

É necessário que sejam previstas horas para a integração e fixação da aprendizagem, assim como um determinado tempo para os imprescindíveis reajustamentos que se tornam obrigatórios em face das normas da Didática Moderna.

Observada esta simples prescrição, professores e instrutores não mais terão de "lutar contra o relógio"; aproveitarão, realmente, junto com os alunos, o salutar e necessário intervalo das sessões. A melhor distribuição das horas disponíveis para a instrução possibilitará maior integração e fixação da aprendizagem, tornando-a mais benéfica e rendosa.

f. Atividades Extraclases

Desde a antiguidade clássica, numerosas foram as formas de atividades organizadas e realizadas pelos alunos com propósitos educativos, mas fora das exigências regulamentares da escola. Suas fun-

ções eram, em geral, educativas, socializadoras e, ao mesmo tempo, assistenciais e recreativas. Os torneios, concursos, exposições, recitais, representações, visitas, demonstrações, competições, olimpíadas e maratonas eram denominadas de atividades extracurriculares.

Hoje, estas atividades recebem o nome de extraclases, já que são encaradas como um complemento indispensável e integrador no plano geral da educação e na vida de qualquer Estabelecimento de Ensino.

Na Escola Tradicional estas atividades são refreadas e restringidas ao mínimo.

Na Escola Progressista elas são incentivadas ao máximo, desde que não prejudiquem as atividades principais e são consideradas como parte integrante do currículo escolar.

É preciso que nossos educadores se convençam de que a Escola não deve representar para os alunos uma "muralha de isolamento", concentrada nas matérias abstratas do currículo e divorciada das realidades concretas da vida.

Observa-se, ainda hoje, uma certa indiferença, ceticismo e, até mesmo, hostilidade de alguns professores e autoridades escolares com relação às atividades extraclases. Julgam-nas como sendo "corpos estranhos" que comprometem a austera seriedade do trabalho educativo.

De quando em vez, ouve-se a crítica de um instrutor à realização de uma atividade extraclasse no decorrer de uma manobra ou exercício de longa duração. Apela para o prejuízo da rusticidade, diz que a ocasião não é oportuna e, raramente, chega a afirmar que a atividade não é própria para o militar que deve "sofrer" a manobra.

Esquece, porém, que os objetivos educacionais são muito mais amplos e que as atividades extraclases são altamente eficazes na consecução dos mais valorizados objetivos preconizados pela Escola Moderna.

É preciso que o aluno goste de sua Escola para a aprendizagem ser, efetivamente, rendosa. As atividades extraclases concorrem, de modo significativo, para que seja atingido este estado de espírito.

Atualmente, o programa de atividades extraclases é uma parte vital, essencial e integrante do moderno currículo escolar. A tendência metodológica mais recente e progressista é a de explorar ao máximo suas possibilidades, objetivando o desenvolvimento de cidadãos livres, automotivados e dotados de suficiente senso de responsabilidade para viver integrados numa sociedade democrática.

Podemos, até, estabelecer uma semelhança entre as atividades extraclases e o Serviço Especial do Exército no que diz respeito à manutenção do bem-estar físico e mental do Homem.

As atividades extraclases são pedagogicamente valiosas e merecem o apoio do Comando e da administração dos Estabelecimentos de Ensino do Exército, o incentivo do corpo docente e a compreensão das demais autoridades ligadas ao Ensino Militar.

É conveniente que compreendamos a Escola como uma "miniatura da sociedade".

As atividades extraclases desenvolvem o espírito de solidariedade, criam e difundem bons hábitos, estimulam o esforço conjugado e propiciam a reprodução de situações da vida comunitária sendo, conseqüentemente, socializadoras. Contribuem, de modo decisivo, no preparo do aluno para a vida e para a sociedade, impregnando a Escola de uma atmosfera sadia e elevada.

4. CONCLUSÕES

No número 2 do presente trabalho, tivemos oportunidade de ressaltar o pioneirismo do Estágio de Técnica de Ensino, o papel vitalizador desempenhado pelo CTE e a dignificante missão que o CEP tem a cumprir.

No número 3, levantamos de modo rude, porém, sincero e real, alguns dos múltiplos problemas que ainda perturbam a aprendizagem no Ensino Militar. Caracterizamos, contudo, a todo instante, o processo evolutivo que estamos vivendo neste importante campo.

Acreditamos que, dentro em breve todos os problemas estarão superados e que a nova mentalidade, no setor educacional penetrará e incorporar-se-á em toda a Instituição. Ao CEP cabe um papel preponderante na consecução deste ideal.

Em nossos dias, com a humanidade profundamente conturbada pelas rivalidades, pelo egoísmo e pelas lutas de classe, somente através do devotamento à causa da educação poder-se-á restabelecer a serenidade e promover a harmonia entre os homens, de modo que se possa conviver em um clima de ampla e irrestrita colaboração, onde o interesse da coletividade supere o individual. Avultam as responsabilidades dos governantes, do mestre, do instrutor, do militar.

O Exército, pelo campo fértil que tem ao plasmar caracteres em evolução, não pode se dissociar da Didática Moderna. Deve servir seus ensinamentos; deve concorrer para sua dinamização.

No mar encapelado da vida presente, há necessidade de contarmos com timoneiros seguros na condução da nau das novas gerações de forma a orientá-las para um mundo de mútua compreensão, liberdade e justiça sociais. Não podemos deixar o barco ao sabor da maré! Decorre daí a importância na formação dos nossos quadros, onde a Didática Moderna representa uma das principais fontes geradoras de energia. Eles serão os educadores militares de amanhã.

é preciso despertar e desenvolver os sentimentos de brasilidade, fundamentados na ordem e na disciplina, a fim de que permaneçam incólumes à ação impatriótica dos que, na ânsia incontida de solapar os alicerces de nossa Pátria, ensombram as realidades nacionais.

Os ensinamentos da Didática Moderna, em sua maioria deduzidos de observações e estudos realizados no mundo infanto-juvenil, devem ser adaptados às particularidades do educando militar de acôrdo com a habilidade do professor ou do instrutor, sua capacidade e sua compreensão à problemática do ensino. O empirismo deve ser banido no trato da engenharia humana! Devemos desejar a nossos filhos e alunos algo melhor do que recebemos e do que somos capazes de fazer. Esta é a melhor maneira da humanidade progredir.

Ao encerrarmos êste desprezioso comentário, selecionamos dois pensamentos, lançados à reflexão da humanidade com um intervalo de nada menos do que 23 séculos, que atestam a significação, tanto ontem como hoje, do assunto que acabamos de focalizar.

"Mais importante que a ciência de governar o povo é a ciência de educar a juventude". (Platão)

"Nossas Fôrças Armadas necessitam hoje do oficial que estimule, inove e lidere... daquele que prove o que não foi experimentado, tente o impossível, ou veja algo além do possível".

(Gen de Divisão *F. W. Boye, Jr*)

5. BIBLIOGRAFIA

- (1) Didática da Escola Nova — A.M. Aguayo
- (2) Sumário de Didática Geral — Luiz Alves de Mattos
- (3) A Didática e seus problemas — Simone Fomm Rivera
- (4) Psicologia Educacional — Maria Violeta Villas Boas
- (5) Atividades Extraclases — Luiz Alves de Mattos
- (6) Sociologia Educacional — Marcos Almir Madeira
- (7) Como tratar as pessoas — William C. House Jr
- (8) T 21 — 250 — Manual do Instrutor
- (9) C 21 — 5 — A Instrução Militar
- (10) R-70 — Regulamento da AMAN
- (11) R-126 — Regulamento dos Preceitos Comuns aos Estabelecimentos de Ensino do Exército
- (12) Métodos de Trabalho da Escola Superior de Guerra
- (13) Manual de Ensino da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército
- (14) Manual do Professor (Instrutor) da AMAN (proposta — 1967)
- (15) Manual do Instrutor da Marinha
- (16) Memento do Instrutor da EsIE
- (17) Notas de Aula do CTE
- (18) Notas de Aula de Metodologia da AMAN
- (19) Nota de Instrução n.º 1/66 do C Art/AMAN
- (20) IV/1.19.2 — O Grupo Militar na Sociedade ((Nota de aula da ECEME)
- (21) NGA do CTE (1963)
- (22) NGA do CEP
- (23) Plano Geral de Ensino do CEP